

# *Moças de família e códigos de sexualidade na primeira metade do século XX em Teresina/PI\**

ELIZANGELA BARBOSA CARDOSO\*\*

Universidade Federal do Piauí

**Resumo:** Este artigo estuda a produção da moça de família, ideal de feminilidade para jovens mulheres, no campo da sexualidade, em Teresina, na primeira metade do século XX. Destaca hierarquias de gênero produzidas a partir desta categoria, bem como os usos dessa representação efetivados pelas mulheres nas vivências afetivo-sexuais que ultrapassavam os valores dominantes relativos ao corpo sexuado.

**Palavras-chave:** Moças de família; Corpo sexuado; Desigualdades de gênero.

**Abstract:** This article studies the demure young girl's production of family, ideal of femininity to young women, in the field of sexuality, in Teresina, in the first half of the twentieth century. Highlights of gender hierarchies produced from this category, as well as the uses of this representation enforced by women in affective-sexual experiences that exceeded the dominant values concerning the body.

**Keywords:** Demure young girl; Body; Gender inequalities.

---

\* Recebido em 28 de novembro de 2015 e aprovado para publicação em 19 de julho de 2016. Artigo produzido a partir do terceiro capítulo da tese de doutorado da autora, orientada pela professora Dra. Rachel Soihet, defendida em 2010, na Universidade Federal Fluminense (UFF). Ver CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 182-278.

\*\* Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. E-mail: [clibcardoso@yahoo.com.br](mailto:clibcardoso@yahoo.com.br).

Olhe, eu tinha um tio, ele era casado. A mulher dele morreu, morava em São Luís. Ele se apaixonou por uma moça lá de Amarante. Ela era muito bonita, de uma família muito boa. Aí ele pediu a moça em casamento. A moça aceitou. [...] O avô da moça, que ela não tinha pai, ficou feliz da vida. Noivaram, marcaram o casamento. Só que o padre de Amarante dizia que não fazia o casamento. Aí meu tio muito birrento queria saber por que o padre não fazia o casamento. Ele dizia: não faço o casamento [...] porque você vai se arrepender. Mas por quê? Não posso dizer. Aí pediu ao papai, o papai foi lá falar: mas padre Virgílio por que, o senhor não faz esse casamento? Ele disse ao papai: coronel, eu não faço o casamento porque eu sou um velho muito birrento. Não insista que eu não vou fazer. Aí ficou toda a família com raiva dele. Muita gente se zangou com ele. Por que, que ele não fazia? Aí ele veio para cá para Teresina, trouxe a moça e casou com ela. No dia do casamento, ela não era virgem. Ele ficou tão revoltado que deu nela. Quase mata a moça. Ele quase vai para a cadeia. Foi preciso o papai se valer de tudo para ele não ir para a cadeia. Foi uma afronta que ele achou! Aí foi, descobriram que ela já tinha se prostituído com esse rapaz lá. Esse rapaz foi contar para o padre Virgílio que ela não era mais moça. Por isso que o padre Virgílio não fez, mas não podia dizer porque ele tinha dito em confissão. Confissão ninguém pode dizer. Por isso que o padre não fazia o casamento. Ele quase mata a moça! Entregou a moça para o pai dela e foi embora para São Luís, nunca mais voltou por aqui. Tal a afronta! Com vergonha, com vergonha do povo, nunca mais pisou aqui em Teresina. Teresina era pequena. Todo mundo se conhecia (OLIVEIRA, 2007).

**E**sse trecho da entrevista de Yara Vilarinho Oliveira, nascida em 1923, elaborado nos quadros sociais da memória, logo registro de valores individuais e também grupais, é rico na expressão de elementos que caracterizaram relações de gênero na primeira metade do século XX, em Teresina (PI) (HALBAWACHS, 2006). Sua narrativa informa sobre a virgindade e o casamento enquanto valores, o casamento como espaço legítimo de vivência da sexualidade feminina, a hierarquização das mulheres,

a partir de códigos de sexualidade, e a violência de que poderiam ser alvo as mulheres que ousavam usufruir o desejo e o prazer fora do universo conjugal. Sua memória permite destacar que a classificação dos indivíduos a partir da sexualidade, típica das sociedades modernas (FOUCAULT, 1988), constitui uma das características da construção das desigualdades de gênero, na primeira metade do século XX.

Através da análise de um conjunto de fontes composto por entrevistas, memórias, poesias e artigos publicados em jornais, é possível afirmar, que, no contexto, o corpo sexuado feminino era significado a partir do Outro. De família ou público, era concebido como corpo a controlar, a apropriar e não um direito das mulheres.

Visto que o corpo é histórico e moldado no âmbito de relações de poder, este artigo objetiva abordar a figura da moça de família – cuja denominação já indica o pertencimento ao grupo familiar – e sua relação com a construção de desigualdades de gênero, no usufruto do corpo, na primeira metade do século XX, em Teresina/PI (FOUCAULT, 2000; CERTEAU, 2002).

A moça de família ou moça direita constituía um ideal de feminilidade para as mulheres jovens dos segmentos sociais mais abastados. Tratava-se de uma representação,<sup>1</sup> a partir da qual, os gestos, os jeitos, os trejeitos e o usufruto do corpo sexuado eram adestrados. Sua difusão ocorria através da educação familiar e escolar, da ação da Igreja Católica, das sociabilidades e do consumo de produtos culturais.

No âmbito da família, a vivência da masculinidade de pais e de irmãos, embasava-se no controle do corpo das mulheres. A esse respeito acentua uma entrevistada que seu pai fiscalizava ínfimas expressões das filhas para que correspondessem a este ideal. Em suas palavras: “Papai era uma pessoa que até o jeito que a gente olhava, ele fiscalizava, ele olhava assim. Quando ele olhava, a gente já notava, sabia que estava mal sentada, que era para se ajeitar” (ALBUQUERQUE, 2007).

---

<sup>1</sup> Sobre o conceito de representação, cf.: CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985; CHARTIER, Roger. *A beira da falsésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade; UFRGS, 2002.

Na produção da moça de família atuava a educação operada pela figura do pai e a promovida pelo irmão. Este podia julgar-se no direito de intervir nos comportamentos femininos, com o intuito de adestrar-lhe o corpo, pois o exercício do poder que detinha no âmbito familiar incidia sobre o corpo das mulheres. Sobre a questão pondera um entrevistado nascido em 1926:

Eu sou do tempo em que o irmão homem... Se ia a um baile e os pais não poderiam ir, você tinha que prestar atenção em suas irmãs e tinham regras! Se ela fosse dançar colada, eu chegava e tirava (SANTANA, 2007).

Os irmãos, além de vigiar as irmãs, também poderiam puni-las, caso seus atos ou posturas fossem desaprovados. Conta o entrevistado que um irmão,

[...] o Adail, que era muito religioso, comungava, sabia tudo de igreja, tudo! Lá em casa era quem sabia mais. Um dia eu me lembro, ele, acadêmico de medicina, veio lá da cozinha ou da dispensa, não sei, aí minha irmã Maria de Jesus estava sentada assim... Podia ter uns cinco dedos entre um joelho e outro. Nesse tempo, as mulheres tinham o cuidado de baixar a saia, ainda hoje tem... E, naturalmente, ele viu uma nesguinha da calça dela. Partiu de lá, vermelhinho, pegou... Bateu com tanta força, juntando os joelhos de minha irmã, que saiu sangue! (SANTANA, 2007).

O acontecimento acima relatado mostra que a produção da moça de família era fruto tanto da ação do poder disciplinar quanto da violência física, pois o corpo feminino era também lugar de violência (FOUCAULT, 2000; SOIHET, 2002).

Vigiar e punir as jovens para que se subjetivassem a partir do ideal referido, contudo, não eram ações efetivadas apenas pelos pais e irmãos, tratava-se de um poder compartilhado pelas mães. É o que se pode compreender, a partir da leitura da carta de uma mãe publicada no jornal *O Nordeste*, em 03 de julho de 1920.

Tenho uma filha de quinze anos, inteligente e muito viva, que deveria estar ainda como interna no colégio das boas Irmãs Catarina, mas que, segundo o costume da terra, vai aos bailes e dança. Dança, aliás, muito, mas com um certo recato. Tem ordens minhas e de meu marido, muito severas para se não deixar asfixiar pelos rapazes. Caso contrário, ela está avisada de que voltará, internamente para o colégio por mais dois ou três anos. O receio do castigo e ainda mais um certo regimento de educação que adotamos, fazem com que a minha filhinha a quem acompanho sempre a todas as reuniões que comparece, não se exponha ao ridículo, vítima da chacota, da irreverência, da maldade do sereno desapiadado e da perversidade das línguas mais ferinas (M... SENHOR redator, 1920, p. 5).

A carta revela que na produção de relações hierárquicas de gênero atuava o exercício dos papéis para os quais as mulheres haviam sido socializadas. Em outros termos, era função da mãe buscar inculcar na filha os valores relativos ao corpo que lhes havia sido transmitido. A incorporação de um ideal de feminilidade para mulheres adultas – ser boa mãe – implicava difundir valores que naturalizavam desigualdades entre homens e mulheres, dentre as jovens, em nome de sua proteção.

Nesse processo contribuíam, igualmente, a educação formal fornecida às mulheres dos segmentos altos e médio. Isto porque a escola, espaço de incidência do poder disciplinar, é lugar de produção de corpos (FOUCAULT, 2000; LOURO, 2001).

No período em estudo, as principais instituições formadoras das mulheres dos referidos segmentos eram o Colégio Sagrado Coração de Jesus, popularizado como Colégio das Irmãs, e a Escola Normal Oficial. Estas, além de oportunizarem expansão da escolarização feminina e educação profissional, através do ensino normal, visavam produzir moças castas e defensoras da moral e dos bons costumes. As professoras e as freiras deveriam constituir exemplos a serem seguidos (CASTELO BRANCO, 1996). Especialmente as freiras que, à exceção das mulheres pobres, foram as primeiras a exercer uma profissão no Brasil, conforme argumenta Nunes (2004), no exercício de suas funções no campo da educação, atuavam

como disciplinadoras dos corpos e das condutas das alunas sob sua responsabilidade. Em termos ideais, o trabalho das freiras deveria agregava-se ao da família na difusão dos valores dominantes relativos ao corpo e à sexualidade. A esse respeito eis trecho de entrevista de uma ex-aluna do Colégio das Irmãs.

[...] A nossa farda era de mangas compridas, a saia era um palmo abaixo do joelho, as moças não podiam usar pinturas, não se podia andar com rapaz, ainda que um irmão, quando se estava de farda. Para você ter uma ideia desse quadro da mentalidade e da rigidez dos costumes da minha época, na década de 50, quando eu estudei no Colégio das Irmãs, lembro que uma vez fui chamada atenção das freiras porque meu irmão, que vinha da escola encontrou-se comigo saindo do Colégio das Irmãs, foi comigo para casa conversando. A freira me disse que não podia andar acompanhada de um rapaz, ainda meu irmão, porque ninguém sabia que era seu irmão, então não ficava bem para uma moça de farda, [...] só pra você ter ideia de como eram os costumes daquela época, parece até mentira porque faz tão pouco tempo, não é? (OMMATI, 2002).

No que tange à intervenção da Igreja Católica sobre as mulheres, somavam-se à educação formal, a agregação feminina através do culto ao Sagrado Coração de Jesus e a ação das congregações marianas, bem como a difusão de seus preceitos mediante a publicação do periódico o *Dominical*. Este, dentre outros temas, veiculava visões da Igreja acerca da sexualidade. Em artigo produzido pelo Pe. Álvaro Negromonte, por exemplo, lê-se:

A própria natureza diz que o instinto existe para a procriação. E se impõe concluirmos que contra a procriação é antinatural a função. A natureza humana exige não uma procriação a modo dos animais, mas uma procriação racional, que garante a educação dos filhos: o que só se consegue no casamento monogâmico e indissolúvel. Daí: são ilícitas as relações sexuais fora do matrimônio e as que, dentro do matrimônio, impedirem a procriação (NEGROMONTE, 1952, p. 3).

Embasando a sexualidade na reprodução, a Igreja Católica impunha normas aos corpos que visavam legitimar este princípio. Assim, procurava formar as jovens para aceitar o usufruto do corpo no universo conjugal, a partir da procriação. Com efeito, buscava inculcar nas mulheres mecanismos que levassem ao desenvolvimento do autocontrole.

Contudo se, por um lado, a Igreja ensinava as mulheres a conter o desejo sexual e a canalizá-lo para o casamento; por outro lado, este controle acaba por erotizar o percurso do namoro ao noivado, por impedir que o desejo alcançasse sua lógica, que é a consumação, sua morte, conforme argumenta Bauman (2004). As intervenções da Igreja no sentido de limitar a sexualidade à procriação contribuía, assim, para manter vivo o desejo das moças em relação aos rapazes e vice-versa. Simultaneamente, os costumes eram contidos e o erotismo estimulado. Ter a amada apenas em sonhos, protelar o encontro dos corpos mantinham viva a chama do desejo, aquecendo e, ao mesmo tempo, angustiando a espera, como acentua o poeta Martins Napoleão (REGO, 1981, p. 29; p. 32-35). Amar uma jovem implicava guardar o usufruto do desejo para o casamento. Possuir a virgem noiva somente na noite de núpcias era um ideal que permeou a sensibilidade de muitos rapazes que viveram o período em estudo. Ele indica que a ausência do intercuro mantinha a paixão viva, pois conforme acentua Denis de Rougemont (1988), o obstáculo é alimento do amor-paixão. Isto, por sua vez, reforçava o tabu da virgindade feminina e a sua importância para o casamento.

Ademais, a moça de família também era elaborada no âmbito das sociabilidades. Nesse espaço, as expressões corporais femininas eram objeto de intenso controle, visto ser o corpo lugar de controle social (BORDO, 1997).

Nos bailes, nos passeios na Praça Rio Branco e, posteriormente, na Praça Pedro II, no teatro e no cinema, principais espaços de lazer e de sociabilidades em Teresina no período em estudo, o jeito de olhar, de sorrir, de sentar, de andar, os gestos, as roupas eram fontes de comentários. Posturas diversas eram consideradas indícios de experiência sexual. No sereno das diversões – como se denominava o agrupamento de pessoas em torno do teatro, do cinema e dos bailes – durante as conversas e em encontros fortuitos, ora reputava-se, ora difamava-se.

Através do burburinho, de meias-palavras, de fofocas, construía-se a má fama, tanto daquelas que não se inseriam nas prédicas sociais, quanto das jovens que, a despeito de incorporar valores dominantes, não o demonstravam através de ínfimos gestos. Sempre na iminência da difamação, as jovens deveriam ter cuidados com a roupa, os adereços e os comportamentos, principalmente, quando do namoro e do noivado.

Acrescente-se que corpos e atos eram contidos pelo fantasma da prostituta. Margareth Rago (1991), ao estudar a dimensão simbólica da prostituição, em São Paulo, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, defende que o fantasma da prostituta foi fundamental na incorporação do ideal de mulher direita. Em Teresina, no período em estudo, também identifiquei através das entrevistas realizadas que a imagem da prostituta impunha limites às ações femininas no espaço público, aos comportamentos e gestos. A incorporação de códigos dominantes, seja no âmbito da representação de si, seja no âmbito das práticas, era impulsionada pela ameaça de ser qualificada de prostituta, de *rapariga*.

Esse não era o único espectro que assombrava as moças, pois pairava também sobre elas o fantasma da *mal falada*. A *mal falada* era aquela que ousava, era aquela que, através de suas práticas, contestava os preceitos dominantes. A *mal falada* era aquela que flertava com vários rapazes; aceitava o namoro rapidamente; namorava por namorar, saía sozinha com o namorado; trocava constantemente de namorado; deixava-se asfixiar nos bailes; assumia posição ativa na conquista; não respeitava horários; concedia intimidades ao namorado, dentre outros comportamentos (BASSANEZI, 2004).

Além da difusão de contramodelos – o da prostituta e o da mal falada – a transformação de jovens mulheres em moças de família, respaldava-se na dinâmica da justiça. Isto porque a lei protegia somente as moças consideradas honestas. O que significa dizer que estavam sob sua tutela aquelas que atualizavam os comportamentos e os valores condizentes com a moral tradicional e o expressavam no corpo. Isto porque o corpo é lugar de inscrição das normas centrais e das hierarquias de uma dada cultura, conforme argumenta Bordo (1997). Assim, em sentença de crime de defloração publicada no *Diário Oficial* em 5 de outubro de 1940, o juiz Sátiro Nogueira afirmava categoricamente que a “tutela da lei protege



apenas as raparigas recatadas e pundonorosas, não as que se comprazem de ser levadas na onda de desregramento e perversão de costumes da sociedade moderna” (SATIRO, 1940, p. 3).

Na oportunidade, o juiz resolveu absolver Manuel Rosa da Silva, acusado de deflorar Corina Machado Freire. Justificou sua posição, argumentando que Corina não comprovou devidamente sua menoridade, requisito fundante do crime de defloramento. Em seguida, argumentou que não houvera ocorrência de sedução. Isto porque Corina demonstraria desenvoltura ao falar das relações sexuais. Para o juiz,

[...] a ofendida é rapariga que pouco apreço tem pelo recato ou pelo pudor que são as mais belas prendas das moças honestas. Quem assim procede, deixando-se prazerosamente levar pelo primeiro que a requesta, não pode ter-se em conta de honesta. É, bem ao contrário, uma libertina, uma pervertida que, por isso mesmo, não pode invocar proteção legal.

Como bem o disse o Des. José Duarte, a sedução somente colhe nas suas malhas artificiosas as raparigas recatadas e pudonorosas. Funda-se a lei em uma razão tipicamente social, e daí o não poder ser invocada para tutelar relações sexuais que são índices de desregramento, de perversão de costumes (SATIRO, 1940, p. 3).

Julgada a partir do conceito de moça honesta, a *ofendida* tornou-se ré e o réu o *ofendido*. Julgando Corina, a partir desse conceito, o juiz reafirmou a virgindade, o pudor e a castidade enquanto pré-requisito das moças consideradas respeitáveis, as de família. Seu posicionamento era também pedagógico, pois delineava a moça honesta, ao dizer o que ela não deveria ser.

Para assegurar que as moças se subjetivassem enquanto moças de família, acrescentava-se à intervenção da justiça, o controle do saber sobre o corpo e a sexualidade. Pelo fato de o recato e o pudor constituírem atributos das moças de família, pais, parentes e instituições de ensino procuravam produzir ignorância a respeito do tema. O interesse das famílias era que as moças conhecessem o mínimo necessário para se manter puras. Inclusive,

o desconhecimento sobre corpo e sexualidade valorizava a moça, enquanto abordar o tema fomentava dúvida acerca de sua conduta.

Assim, às jovens, nem todas as leituras eram permitidas. Qualquer obra que fosse considerada ousada era proibida. Nas residências em que havia biblioteca, as jovens não tinham acesso livre. Era comum que os pais lessem os livros antes de suas filhas. No Colégio Sagrado Coração de Jesus toda e qualquer leitura que sugerisse sexo era vetada (NUNES, 2002; OLIVEIRA, 2007).

O sexo era valorizado como segredo. Assim, indagações acerca do tema não eram encorajadas. Segundo Yara Vilarinho, que nasceu em 1923,

Se a gente perguntasse, diziam que era falta de pudor, que aquilo... Tudo que a gente tinha que aprender era com o marido. Naquele tempo a educação era assim. Tinha que aprender era com o marido, quem não casasse não precisava saber. E quem casasse aprendia com o marido, não era como hoje (OLIVEIRA, 2007).

Acrescenta a entrevistada que

a gente casava nua e crua. Não se falava nisso. Era um tabu. Era um tabu. Você podia casar com 30 anos, você não sabia o que era uma relação sexual. Você não sabia o que você podia fazer numa noite de núpcias. Nada, você não aprendia nada. Pelo menos no meu meio foi assim, aqui no Piauí era assim (OLIVEIRA, 2007).

Questionada se havia recebido alguma informação sobre o corpo e a sexualidade, outra entrevistada, nascida em 1932, contou:

Olha, lá na minha casa, não. Na minha casa era muito assim, muito... Era um negócio que não se falava muito não! Mas já no colégio já tinha aquelas aulas que já diziam alguma coisa, mas muito pouco. [...] Mas, mesmo sobre educação sexual, não tinha não (ALBUQUERQUE, 2007).

Se a ignorância era um dos requisitos da moça de família, havia certa produção de saber acerca do corpo e da sexualidade. Através do contato furtivo com a prostituição, das sociabilidades, das leituras e do cinema, as jovens colhiam algumas informações e fruíaam prazer.

Ainda que entre o início do século XX e o ano de 1940, o crescimento demográfico de Teresina tenha sido inferior ao de outras cidades do Estado, a cidade foi marcada pela intensificação da urbanização e pela ampliação de seu espaço urbano. No âmbito desse processo, no centro da cidade e nos limites urbanos, delineou-se uma rede de prostituição (QUEIROZ, 1988; NASCIMENTO, 2002; SÁ FILHO, 2006).

Cabarés e casas nos quais se praticava o comércio da libido situavam-se na proximidade de *casas de família*. Consequentemente, ainda que muitos pais e mães desejassem que suas filhas fossem mantidas na ignorância, quanto ao corpo e à sexualidade, isso não era possível em face da dinâmica urbana. Durante o período em estudo, era recorrente a publicação de matérias em que pais solicitavam das autoridades que disciplinassem prostitutas e o funcionamento dos cabarés, uma vez que vinham dando visibilidade a práticas que desabonavam a moral e os bons costumes.

Em 30 de outubro de 1920, Jônatas Batista publicou em seu jornal *O Nordeste* uma carta do poeta Antonio Chaves, solicitando da polícia providências no sentido de conter a ousadia das prostitutas. Dizia a carta:

Meu caro Jônatas,

Já é tempo de clamores em teu jornal contra o fato revoltante que dia-a-dia vai se alastrando em Teresina, com visível ofensa aos nossos costumes de povo civilizado. Refiro-me à audácia crescente e inqualificável das meretrizes que infestam a nossa bela capital, numa promiscuidade triste e denunciadora da nossa indiferença criminosa.

Escrevo-te, meu amigo, seriamente revoltado com o que se está passando no trecho da rua Coelho Rodrigues, onde resido.

Já não posso, nessas noites horríveis de calor excessivo, sentar-me com a minha família na porta de nossa casinha, porque na casa que lhe fica defronte, como na que lhe fica ao lado, moram duas dessas sujeitas,

que são das mais petulantes, sendo que a primeira delas, todas as noites reúne na sua porta um grupo de quatro a cinco companheiras, numa constante algazarra contando cada qual, em voz alta e sem nenhum respeito aos vizinhos, as suas aventuras amorosas e libertinas, com gargalhadas cínicas e ditos imorais. Ora, um tal estado de cousas não pode e não deve continuar sem um protesto enérgico da parte sã da sociedade teresinense (CARTA, 1920, p. 6).

Em 13 de abril de 1926, eram pessoas moradoras na rua Santa Luzia que denunciavam

o abuso inqualificável de diversas meretrizes que se reúnem naquela rua e suas adjacências à noite, em companhia de tipos desocupados, a praticarem uma assuada infernal, acompanhado de palavras indecentes com verdadeiro escárnio das famílias ali residentes (QUEIXAS e reclamações, 1926, p. 4).

No início dos anos 1930, as famílias continuavam se queixando da presença de cabarés nas áreas residenciais. Em 25 de maio de 1932, em nome das famílias residentes na rua Senador Teodoro Pacheco, o jornal *A Liberdade* denunciava Rosa Banco, proprietária de um famoso cabaré, durante os anos 1930 e 1940. Segundo a matéria, as práticas vivenciadas nesse espaço de comercialização da libido causavam intranquilidade e desassossego às famílias. Isto porque

horríveis e indescritíveis cenas noturnas que começando lá, entre portas fechadas, vem quase sempre desenrolar-se nas ruas, com gritos, ameaças, tiros, imoralidades e indecências proferidas em alta voz, entre as casas de famílias (COM VISTAS à polícia, 1932, p. 2).

O grande incômodo das famílias se dava diante do que consideravam “cenas de imoralidade”, “cenas de pouca vergonha”, “enxorrada de palavras imundas”. Tratava-se de mal-estar diante da visibilidade de práticas ilícitas, bem como do saber veiculado. Havia receio de que as moças de família

tomassem conhecimento do mundo da prostituição e produzissem saberes acerca do corpo e da sexualidade. Esse mal-estar é expresso ainda nas memórias de J. Miguel de Matos (1969), nascido em 1923. O memorialista, à época da infância e da adolescência, residia com a mãe, as irmãs e os irmãos, em área de intensa prostituição. Ao rememorar o passado, lamenta o fato de suas irmãs terem sido criadas nessa área, como também o de sua mãe trabalhar como costureira para meretrizes. Isto porque pelo tipo de trabalho que a mãe mantinha, dava-se, necessariamente, o convívio com prostitutas e com seu mundo.

O período em estudo é também de ampliação nas formas de socialização feminina. As meninas/moças passavam a ser socializadas a partir da inserção nas formas de lazer, na escola e, posteriormente, em alguns casos, no mercado de trabalho. Essa ampliação implicou também a urdidura de redes de sociabilidades através das quais circulavam informações. Um dos espaços privilegiados de difusão desse saber fragmentário era a escola. Era comum meninas/moças obterem informações a respeito do corpo e da sexualidade nas instituições de ensino.

Outra forma de obtenção de saber se dava a partir de conversas segredadas com mães, parentas, amigas que casavam ou mulheres casadas do universo de relações sociais da moça. Na difusão das informações acerca da sexualidade, a casada parece ter uma função importante. As mais ousadas poderiam solicitar da amiga recém-casada que relatasse a noite de núpcias. Possivelmente, pelo fato de procedimento dessa natureza não ser visto com bons olhos, muitas famílias não eram favoráveis ao convívio muito próximo de moças e de casadas.

A leitura era também um meio através da qual as jovens adquiriam saber. Importa destacar que obras clássicas da literatura brasileira circulavam nas instituições de ensino e no interior das casas de classe alta e média, inclusive, as da escola realista, que, na avaliação de Marcelo Bulhões (2003), são leituras do desejo que estimulavam o prazer erótico. E, a despeito da interdição às moças das leituras que expressassem erotismo, algumas moças driblavam-na e fruía leituras proibidas. A jovem Célis Portela (2002), por exemplo, foi leitora da obra de Jorge Amado, de forte conotação sexual. Ao considerar as críticas recorrentes do jornal *O Dominical* às más leituras, aos

maus livros, bem como a defesa da educação sexual conforme os preceitos católicos, é possível afirmar que a leitura de obras proibidas pela família e pela Igreja não era uma prática incomum.

No caso das leitoras, ainda que não disponha de registro acerca da incitação erótica despertada por leituras, é possível sugerir que clássicos da literatura brasileira propiciaram certa erotização do corpo feminino, a exemplo do que ocorria com rapazes que viveram a juventude no período em estudo. A esse respeito é revelador o seguinte episódio rememorado por um entrevistado:

Quando eu li aquele livro, aquele primeiro romance realista... Uma história de sexo! A personagem foi despertando, sentindo... Um dia ela sentiu uma pressão tão forte no sexo, que estava de pernas fechadas, quando eu olhei para mim eu estava apertando os joelhos! (SANTANA, 2007).

A ênfase nas interdições, por sua vez, implicava algum saber, como também levava as jovens a olhar para o próprio corpo. Olhar aguçado pela valorização de práticas de esporte e pela cultura da beleza, que despontam a partir dos anos 1920 (SCHPUN, 1999).

Considerando que o cinema desde as décadas iniciais do século XX, era um produto amplamente consumido, em Teresina, desde os segmentos mais abastados aos populares, é lícito afirmar que o cinema constituía um espaço privilegiado de aprendizagem relativa ao corpo sexuado (QUEIROZ, 1998). Isto posto tanto através das imagens veiculadas pelas fitas quanto mediante as experiências ocorridas nos próprios recintos em que as fitas eram projetadas.

Muitos meninos/rapazes aprendiam acerca do corpo e da sexualidade nas salas de projeção, enquanto outros, através de leituras, do contato com os pares, bem como mediante experiência sexual em si. Contudo, mesmo dentre os rapazes, a ignorância habitava. Acerca dessa questão, explica um entrevistado:

Se você falar com certos homens do meu tempo, para eu lhe dizer como era... a gente era tão ignorante nisso,

tão ignorante nisso, que eu já rapazinho, eu pensava que a abertura na mulher era assim [na horizontal] e toda gente pensava, e não é, coisa muito diferente. Pois bem, também não é na vertical. A gente não sabia de nada, às vezes a gente casava e não sabia de nada. E na primeira vez... a aprendizagem era mútua (SANTANA, 2007).

Carla Bassanezi (2004), ao estudar a relação homem/mulher nos anos 1950, através das revistas femininas, também acentua que os rapazes estavam sujeitos a desinformação e a ausência de diálogo acerca da sexualidade humana. Contudo, o sentido atribuído à ignorância ou à desinformação masculina era diferente da feminina. No universo dos rapazes, cuja masculinidade hegemônica é forjada mediante disputas, a ignorância os tornava menos homens em relação aos demais (CASTELO BRANCO, 2005). O saber era indicativo de experiência sexual e esta era/é uma das bases da construção da identidade masculina (NOLASCO, 1995). No caso das moças, o saber era um indício de experiência sexual e isto poderia colocá-las sob suspeita, mesmo dentre as amigas, uma vez que havia controle mútuo. O ato de falar acerca do sexo e de revelar muito saber sobre o tema eram atitudes que propiciavam o enquadramento na categoria de moças faladas.

Ações e discursos que buscavam produzir as moças de família também permitem perceber tensões entre ideais e práticas sociais. São indicadores de micro-resistências, que corroíam o tecido social e a norma por dentro (CERTEAU, 2000). Se era necessário demonstrar, recorrentemente, que as moças deveriam se manter virgens, é porque havia moças que não se mantinham, é porque as práticas, nem sempre, condiziam com as expectativas. Memórias e literatura produzida acerca do período tornam possível vislumbrar representações de moças que não atualizaram o ideal que norteava os comportamentos. Na memória da infância de Raimundo Nonato Monteiro de Santana ficaram registrados dois casos de moças que perderam a virgindade fora do casamento. Eis sua narrativa:

Agora a esse tempo, eu ouvi duas histórias só, de moças que se perderam. Uma nunca mais foi gente!

A família poderosa de lá, não vou citar nomes! Eu era menino pequeno... O camarada desapareceu! Dizem que mandaram fazer de madeira de lei, alça de ferro e botaram ele vivo, era inverno, desceu o Jenipapo, desceu o rio Longá, foi esbarrar no Parnaíba e, naturalmente, desceu para o oceano, morreu eu acho! (SANTANA, 2007).

Provavelmente a experiência de *se perder* fosse mais comum, que o indicado nas entrevistas. Importa destacar que um depoimento oral é uma fonte em que o sujeito registra acontecimentos que lhe permanecem significativos. A memória não é sinônima de passado, não retém todos os acontecimentos vividos. Ela enseja uma representação do passado, atravessada pela dialética lembrança/esquecimento. A narrativa do passado não corresponde ao passado (CATOGRA, 2001; LOWENTHAL, 1988). Ademais, as entrevistas também são marcadas pelas escolhas do narrador, que seleciona o que vai ou não contar, e pelos silêncios que incidem na construção das memórias coletivas, que são as memórias dos grupos, nos quais se situa o indivíduo e em relação às quais a memória individual é construída (HALBAWACHS, 2006).

Importa destacar que as práticas que fugiam à norma, no tocante ao corpo sexuado feminino, eram envolvidas pelo silêncio. Isto incidia nas memórias individuais e coletivas, especialmente de famílias. Quando uma moça de família perdia a virgindade ou engravidava, geralmente, pouquíssimas pessoas tinham conhecimento do fato. O que significa dizer que as lembranças que permaneceram acerca de moças que *se perderam* são aquelas relativas aos casos que o manto do silêncio não conseguiu encobrir, constituindo-se enquanto memória. A esse respeito importa destacar que homens e mulheres entrevistados relataram que as práticas transgressoras, comumente, eram muito veladas. Acentua, por exemplo, Yara Vilarinho, que “era muito escondido. Era muito difícil de a gente saber. Era muito escondido!” (OLIVEIRA, 2007). Isto indica que essas práticas se tornavam segredos de família.

Como a honra da família dependia da manutenção da honra feminina, em casos de iniciação sexual fora do casamento, procurava-se



realizá-lo para que *o erro* fosse reparado, o que implicava apagar o *mau passo*, uma vez que a casada não tinha passado. O valor atribuído ao casamento e aos homens possibilitava que o passado da casada fosse elidido.

Quando não se realizava o casamento, o *mau passo* era silenciado, tornando-se assunto proibido (SANTANA, 2007). Havia uma ação deliberada da família para que seu acontecimento fosse esquecido. Buscava-se neutralizar o ocorrido, para que o *mau passo* de uma filha não manchasse a família e as outras mulheres do núcleo familiar. A honra era, assim, um valor preservado pelo silêncio das práticas que a maculavam.

Importa enfatizar a importância das famílias na qualificação de seus membros. Homens e mulheres não eram julgados e percebidos somente enquanto indivíduos, o pertencimento familiar era avaliado. A família era a referência básica a partir da qual o indivíduo era enquadrado. O indivíduo fazia parte do grupo e a má conduta de um, marcava o outro.

Lucila Reis Brioschi e Maria Helena Bueno Trigo, refletindo acerca das categorias segredo, ocultamento e silenciamento, a partir do conceito de poder simbólico, conforme Pierre Bourdieu, sugerem que “o ocultar e o omitir determinados fatos ou condutas, mantendo-os em segredo é uma prática desenvolvida na luta pela preservação ou apropriação do poder simbólico” (BRIOSCHI; TRIGO, 2002, p. 134). Assim, a preocupação da família em silenciar práticas dessa natureza pode ser compreendida como estratégia de manutenção do poder simbólico, uma vez que a honra era um valor de distinção das famílias (BOURDIEU, 2007).

As práticas que corroíam a norma eram significadas de maneira a não questionar os valores dominantes no âmbito simbólico. Uma moça que deixava de ser virgem era uma moça que *se perden, que decaim*, não era uma moça independente, que tinha domínio de seu corpo e de sua sexualidade. Mesmo quando as mulheres faziam uso de seu corpo, a concepção dominante era de corpo apropriado. A sexualidade não era significada como um direito feminino.

A representação de moça de família também era usada em benefício de quem transgredia, encobrindo as práticas que fugiam à norma. Sob a imagem de mulheres respeitáveis, algumas poucas mulheres pertencentes aos segmentos mais abastados puderam se singularizar, no que diz respeito

aos valores dominantes relativos ao corpo e à sexualidade, na medida em que puderam experienciar o amor e a sexualidade fora dos laços conjugais.<sup>2</sup>

Nos casos de transgressão da norma, o comum era dizer-se a partir dela. Se as práticas afetivo-sexuais não se confundiam com a norma, a maneira como, geralmente, eram elaboradas as narrativas de si se processava em seus quadros. Representar-se como moça de família ou casada honesta era um mecanismo que poderia propiciar a manutenção da respeitabilidade, a despeito da vivência de práticas transgressoras. Sob o manto simbólico da norma era possível burlá-la. Filhas dessa cultura, mulheres dos segmentos mais abastados que viveram a juventude no período tinham clareza acerca da importância de construir sua imagem social dentro da norma. Com efeito, quando a vivência sexual fora dos laços do matrimônio e o adultério não eram provados mediante flagrante ou gravidez, os murmúrios poderiam ser rebatidos a partir da apropriação das representações da *moça de família*, da *viúva casta* e da *casada honesta* (CHARTIER, 1985, 2002). Mulheres mal faladas argumentavam que os murmúrios não correspondiam à realidade, que, na verdade, a moça, a viúva ou a casada estava sendo injustiçada pelas más línguas. Na construção da imagem pessoal, as mulheres cujas práticas não correspondiam ao esperado usavam essas representações a seu favor. Dominando a *arte do fraco*, solteiras, viúvas e casadas delineavam, discursivamente, uma significação do eu, que se distanciava das experiências vivenciadas, silenciando desejos, encontros e prazeres (CERTEAU, 2000).

Quando não eram silenciados, o intercurso, a gravidez fora do casamento e o adultério, bem como paixões por homens casados tornavam-se escândalos. Nesse caso, transformavam-se em assunto corrente, espalhando-se pela cidade. José Elias Martins de Arêa Leão, nascido em 1939, lembra que a “cidade era muito pequena, por isso tudo se sabia, quando acontecia um escândalo social, por exemplo, imediatamente a cidade inteira sabia” (LEÃO, 2008).

---

<sup>2</sup> A cerca da noção de singularização, ver GUATARRI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*. cartografia do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 25-68.

As referidas práticas eram percebidas, então, como erro ou pecado, ação vergonhosa, leviana, indecente, que perturbava a ordem moral vigente. No universo das sociabilidades através de comentários, de admoestações e de punição estigmatizava-se quem os praticava. Quando a transgressão feminina no campo da sexualidade tornava-se assunto público, as mulheres eram hierarquizadas, a partir de suas vivências afetivo-sexuais. O escândalo punha o nome da solteira, da casada ou da viúva que transgredia em circulação pela cidade. A vida, os atos, os amores tornavam-se objetos de múltiplos comentários, que destruíam reputações, conceito social e dignidade.

Certamente, mesmo homens que mantinham experiências semelhantes em segredo e aqueles que eram coautores de práticas que fugiam à norma, socialmente, condenavam e maculavam imagens de mulheres cujos atos tornavam-se escândalos. Com efeito, as admoestações de que eram alvo as práticas transgressoras, que se tornavam visíveis, corroboravam para que as moças se subjetivassem como moças de família e, posteriormente, casadas honestas.

A despeito disto, a sensualidade e o erotismo eram atributos que lentamente passavam a ser incorporados pelas moças, cujo termo, no período, era sinônimo de virgens. Nas décadas de 1930, 1940 e 1950 expressões como *moça de reputação duvidosa, sem juízo, intitulada, danada*, em síntese, *falada*, presentes na documentação pesquisada inscrevem no campo da linguagem, o usufruto do corpo e da sexualidade pelas moças e indicam a erotização do corpo feminino. Através da documentação analisada, foi possível inferir que as jovens classificadas a partir dos referidos termos eram aquelas que exerciam práticas, que esgarçavam a norma no que tange ao corpo e à sexualidade.

Essas formas de nomear as moças indicam a pluralidade das práticas. Se havia moças que se comportavam conforme as prédicas da moral dominante, apresentando-se como *moças de família, direitas*, existiam, também, aquelas que se permitiam burlar as normas, ignorando a pecha de *faladas* que buscava estigmatizar seus comportamentos. Ademais, havia ainda aquelas que vivenciavam os comportamentos atribuídos à *falada*, mas que, operando com as classificações normativas, apresentavam-se como *moças de família*, transgredindo sob o véu protetor dessa representação.

Conforme Foucault, a incidência do poder disciplinar que buscava produzir corpos dóceis também punha em funcionamento uma “dupla incitação: poder e prazer”. Em seus termos:

Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, estreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, escandalizar ou resistir (FOUCAULT, 1988, p. 52-53).

É importante destacar que a constante valorização da virgindade intensificava o desejo em relação à transgressão. Quanto mais ampla a fiscalização, o controle e o espreitamento, mais prazerosa a burla. Com efeito, a fiscalização, o controle, ao valorizar o usufruto do corpo, também impulsionava a antidisdisciplina (CERTEAU, 2000). Transgredir ínfimas regras dava prazer e, ao mesmo tempo, inscrevia a moça que as praticava na categoria de mal faladas. Uma das entrevistadas, nascida em 1936, lembra que uma de suas colegas de trabalho, na Prefeitura Municipal de Teresina, no início dos anos 1950, era muito criticada por usar saias muito justas, comportamento considerado muito liberal, à época. A despeito da crítica, a jovem mantinha o mesmo comportamento. Acrescenta ainda a entrevistada que uma de suas vizinhas, em baile de carnaval no Clube dos Diários, ousou entrar com uma fantasia de bailarina muito nua para os padrões da época, o que causou escândalo (MACHADO, 2008).

Outras jovens burlavam a norma através de práticas mais discretas. A expectativa social era que as moças não exercessem a conquista e nem mantivessem intimidades durante o namoro. Eram educadas para não se comportarem de maneira que indicassem seus desejos, bem como para não explorar o corpo e a sexualidade nessa etapa do processo de formação de casais. Contudo, a despeito da educação recebida, algumas moças ignoravam o dever ser e vivenciavam experiências fora da norma. Certas moças se permitiam ser *atiradas* na conquista do rapaz desejado (MACHADO, 2008).

A regra que impunha manutenção da virgindade até o casamento e a classificação feminina, a partir da sexualidade, em moças de família, faladas, casadas, adúlteras, amasiadas e prostitutas, através das quais as mulheres eram punidas e/ou gratificadas, não impedia a fruição do prazer. As memórias relativas ao período em estudo, afloradas em conversas informais, permitem afirmar que, além da bolinação, algumas moças, especialmente nos anos 1950, se permitiam práticas sexuais que não pusessem em risco a virgindade física. Situando-se, simultaneamente, na norma e fora dela, pois mantinham a virgindade, exigida pelo casamento e fruía prazer fora dos laços do matrimônio.

Normativamente a valorização pessoal feminina, contudo, era relativa à sexualidade. O respaldo social dependia de as moças se manterem virgens ou aparentarem ser, se solteiras, e fiéis ou supostamente fiéis aos maridos, se casadas. Se as práticas sexuais não correspondessem à imagem, esta era fundamental à respeitabilidade pública.

Como nos corpos se inscrevem as normas gerais e as hierarquias de uma cultura, conforme argumenta Bordo (1997), em Teresina, na primeira metade do século XX, a experiência dominante dentre as moças dos setores mais abastados foi incorporar a virgindade, o pudor e a contenção dos comportamentos, fosse subjetivando-se a partir desses valores, fosse apropriando-se deles para construir a imagem pública de si, representando-se como moças de família.

Ainda que, nos anos 1920, uma mulher como Ercília Cobra (1927) ousasse qualificar, em sua escrita, a virgindade como inútil, no Piauí, não encontrei registros que contestassem, no âmbito da linguagem, esse valor. Nos discursos literários e memorialísticos, a virgindade é percebida como um valor. Mesmo em relação a mulheres pobres, que eram associadas ao mundo da prostituição, a manutenção da virgindade era representada como prática importante (RIBEIRO, 1993). O que não significa dizer que esse valor não fosse contestado. Como lembra Roger Chartier (1995, p. 42),

Nem todas as fissuras que corroem as formas de dominação masculina tomam a forma de dilacerações espetaculares, nem se exprimem pela irrupção singular de um discurso de recusa ou de rejeição.

A contestação da virgindade enquanto valor delineava-se nas vivências, no cotidiano afetivo-sexual. Eram em encontros e momentos fugazes que a burla aos valores impostos pela norma se processava, quando algumas jovens ousavam se perder no encontro frenético dos corpos. Contudo, discursivamente, essa ruptura era negada. Mesmo aquelas que eram classificadas como *faladas*, questionavam essa forma de representação, inscrevendo-se como moças de família. Isto, por sua vez, não impediu a incorporação da sensualidade e do erotismo como atributos das moças – sinônimo de virgens – inscritos no campo da linguagem a partir de expressões como *moças faladas*.

As moças classificadas como *faladas* tornavam-se protagonistas na transformação das relações de gênero, no período em estudo, uma vez que construíram uma nova experiência com o corpo sexuado. Nas práticas afetivo-sexuais, negavam-se a ser um corpo de família, ao explorar seus corpos enquanto corpos próprios, que a elas pertenciam. Essas moças abriam, assim, uma fenda na dominação masculina, embasada no ideal de *moça de família*, no âmbito dos códigos de sexualidade.

## Referências

- ALBUQUERQUE, Maria. *Depoimento*. Teresina, 2007.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 607-639.
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BORDO, Susan R. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R (Org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997, p. 157-185.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRIOSCHI, Lucila Reis; TRIGO, Maria Helena Bueno. Da discricção à publicidade: ensaio para pensar a família na atualidade. In: FUKUI, Lia (Org.). *Segredos de família*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 133-138.

- BULHÕES, Marcelo. *Leituras do desejo: o erotismo no romance naturalista brasileiro*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2003.
- CARTA. *O Nordeste*, Teresina, ano 1, n. 48, p. 6, 30 out. 1920.
- CASOS policiais. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVII, n. 10, 11 jan. 1925.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Masculinidades plurais. *Unisinos*, n. 2, v. 9, p. 85-95, 2005
- \_\_\_\_\_. *Mulheres plurais*. Teresina: F.C.M.C., 1996.
- CATOGRA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. História de corpos. *Projeto História*, n. 25, p. 407-412, 2002.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade; UFRGS, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.
- \_\_\_\_\_. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, n. 4, p. 37-47, 1995.
- COBRA, Ercília Nogueira. *Virgindade inútil e anti-higiênica*. São Paulo: [s. n.], 1927.
- COM VISTAS à polícia. *A liberdade*, Teresina, ano 5, n. 138, p. 2, 25 maio 1932.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GUATARRI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografia do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEÃO, José Elias Martins de Arêa. *Depoimento*. Teresina, 2008.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 63-201, 1998.
- M...SENHOR redator. *O Nordeste*, ano 1, n. 32, p. 5, 3 jul. 1920.
- MACHADO, Raimunda Ribeiro. *Depoimento*. Teresina, 2008.
- MATOS, João Miguel de. *Pisando os Meus Caminhos*. Teresina: [s. n.], 1969.

- NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob fogo: modernização e violência policial em Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.
- NEGROMONTE, Álvaro. O problema da adolescência VIII. *O Dominical*, Teresina, ano 16, n. 44, p. 3, 9 nov. 1952.
- NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- NUNES, Célis Portella. *Depoimento*. Teresina, 2002.
- NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 482-509.
- OLIVEIRA, Yara Maria de Sousa Vilarinho. *Depoimento*. Teresina, 2007.
- OMMATI, Fides Angélica de Castro Veloso Mendes. *Depoimento*. Teresina, 2002.
- QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1998.
- QUEIXAS e reclamações. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 76, p. 4, 13 abr. 1926.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- REGO, Benedito Martins Napoleão do. *Cancioneiro geral: 1920-1976*. Teresina: COMEPI, 1981. v. 1.
- ROUGEMONT, Denis de. *O amor e o ocidente*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. *Cartografias do prazer: boemia e prostituição em Teresina (1930-1970)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Teresina, 2006.
- SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Depoimento*. Teresina, 2007.
- SATIRO, Nogueira. Juízo de Direito da 1ª Vara. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 224, p. 3, 5 out. 1940.
- SCHPUN, Mônica Raísa. *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: SENAC, 1999.
- SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar da violência. *Projeto História*, n. 25, p. 269-289, 2002.